



## Congresso monta grupo para consolidar legislação federal

O Congresso pretende consolidar toda a legislação federal e dispositivos constitucionais. Para isso, foi instalada no Senado, na última quinta-feira (16/7), uma comissão mista formada por seis deputados e seis senadores, que tem, também, em suas atribuições, examinar projetos que visem a modernização e o fortalecimento econômico e social do país.

Com um prazo de 240 dias para concluir os trabalhos, a comissão terá o senador Romero Jucá (PMDB-RR) como relator; como presidente, o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ); e, como vice-presidente, o deputado Sérgio Souza (PMDB-PR). "O Brasil rapidamente tem que recuperar alguns predicados que teve até pouco tempo atrás, que são a segurança jurídica, a credibilidade do governo e a previsibilidade da economia" disse Jucá.

A partir de agosto, afirma o relator, a comissão definirá o plano de trabalho e ações complementares a serem exercidas pelos seus membros. Jucá também nomeou o deputado Miro Teixeira (PROS-RJ) como subrelator da consolidação das leis penais. O deputado explicou que pretende avaliar todos os projetos sobre segurança em tramitação na Câmara e no Senado, tendo em vista o projeto do novo Código Penal.

O deputado Sérgio Souza defendeu, em entrevista à revista **Consultor Jurídico**, a atualização e consolidação das leis tributárias. Ele criticou o "emaranhado" de normas do setor, além de diversas leis do século passado ainda vigentes, "sem a mínima possibilidade de aplicação nos dias de hoje". "Ninguém pode alegar o desconhecimento da lei, é um princípio constitucional. Mas do jeito que está hoje, não tem como o cidadão saber o que ele pode ou não fazer. Todo dia tem lei nova sendo publicada", afirma.

### Experiência estadual

Souza conta que um trabalho de consolidação parecido foi feito recentemente em Santa Catarina. Após estudo da universidade federal no estado (UFSC), a Assembleia Legislativa começou a consolidar os dispositivos. O deputado falou também que há a possibilidade de alguma universidade ser chamada para ajudar os deputados e senadores a realizar o trabalho de levantamento.

No início de junho, a comissão da Assembleia Legislativa responsável pelo trabalho de consolidação da legislação estadual de Santa Catarina entregou à Mesa Diretora da Casa o esboço do primeiro anteprojeto de compilação de leis.

Fazem parte do levantamento 763 leis que denominam bens públicos estaduais. "Esse é o primeiro passo efetivo que estamos dando no sentido de consolidar quase 18 mil leis estaduais", afirmou, na ocasião, o deputado Aldo Schneider (PMDB), primeiro vice-presidente da Assembleia e responsável pela coordenação da comissão de consolidação. *Com informações da Agência Senado e da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.*

### Date Created

21/07/2015